

Capítulo 03:

Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo - Intersindical: Trajetória, Redes e Poder Sob a Perspectiva do Discurso do Sujeito Coletivo¹

Letícia Ramos Magalhães²

Livia Emanuele Gomes da Silva Santos³

Márcia Prezotti Palassi⁴

Resumo:

Diante dos dilemas impostos pela globalização, os sindicatos têm enfrentado mudanças em suas formas de atuação e configuração, principalmente devido aos novos modelos ditados pelos padrões econômicos vigentes, voltados às ações de um mercado flutuante e segmentado. Esses desafios demandam novas estratégias de atuação para representação dos trabalhadores. Este artigo apresenta o discurso da INTERSINDICAL sobre sua trajetória, redes e poder. Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa qualitativa com entrevistas em profundidade, com cinco sujeitos indicados pelo sindicato, cujos resultados foram submetidos ao método de análise do discurso do sujeito coletivo (DSC). Por meio do discurso deste sujeito coletivo apresenta-se um mapeamento dos principais traços identitários, trajetória política, objetivos, desafios e estratégias de atuação, perfil histórico, sócio-econômico, associativo e de participação política. O confronto dos dados da literatura, com documentos e as entrevistas realizadas, permite concluir que a Intersindical busca vencer os mesmos desafios impostos aos demais sindicatos que vivenciam a crise do sindicalismo contemporâneo, embora se articule de forma mais próxima ao que Lojkin propõe quanto à definição do lugar do sindicato na conjuntura atual que o pressiona.

¹ Agradecemos a Profª. Drª Antonia Colbari pela leitura do texto e sugestões de aperfeiçoamento. No entanto, esclarecimentos provocados pelos questionamentos dos leitores, caso venham a ocorrer, são obviamente, de nossa inteira responsabilidade.

² Graduanda em Ciências Sociais, voluntária de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS-UFES

³ Graduanda em Ciências Sociais, pela UFES, voluntária de iniciação Científica do LEP-NEPCS-UFES

⁴ Doutora em Psicologia Social, pela PUC-SP, professora do Departamento de Administração CCJE-UFES, pesquisadora do LEP-NEPCS-UFES e coordenadora do Observatório de Políticas e Práticas Participativas, vinculado ao Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades OPPP-NETES-UFES

Palavras-chave: Democracia, Atores coletivos, Ação coletiva, Sindicatos, Espírito Santo, Intersindical.

3.1 – Introdução

O problema que se coloca neste trabalho, refere-se às relações entre os sujeitos coletivos na sociedade contemporânea capixaba, uma vez que a ciência política tem chamado a atenção para o papel das lideranças políticas em diferentes processos decisórios e em diversas arenas (URBINATI, 2006; COSTA, 2002). Sendo assim, o conhecimento sobre como as práticas dos sujeitos coletivos interferem nas decisões dos governos estaduais é relevante para conhecer o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da democracia.

O sujeito coletivo, ao mesmo tempo que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa também uma referência coletiva quando este sujeito singular fala *pela* ou *em nome* de uma coletividade, expressando o pensamento do sujeito coletivo, ou seja, um pensamento social. O pensamento coletivo se configura então, como um idioma que viabiliza e permite a troca entre indivíduos distintos de uma mesma cultura, o qual é obtido individualmente, por abstração, com base em um conjunto de falas individuais de sentido semelhante ou complementar, visando expressar e representar um pensamento coletivo. Sendo assim, o pensamento coletivo pode ser traduzido como um conjunto de discursos sobre um tema, o qual dá luz ao conjunto de individualidades semânticas componentes do imaginário social. Sintetizando, o discurso do sujeito coletivo, é uma maneira de fazer a coletividade falar diretamente (LEFRÈVE, F; LEFRÈVE, A.M.C., 2005). Para isso é necessário adotar uma metodologia de pesquisa que permita a construção do discurso do sujeito coletivo. O conceito de *discurso* do sujeito coletivo refere-se a “uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas, etc.” (LEFRÈVE, F; LEFRÈVE, A.M.C., 2005, P. 15).

Portanto, apresentamos este artigo, que faz parte de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo principal é “conhecer o potencial de algumas instituições no Espírito Santo para produção de coalizões políticas e a natureza dessas coalizões, bem como suas ações e estratégias para sustentação do poder político estadual.” (Projeto FACITEC, 2008-2009)⁵. A pesquisa contempla dois objetivos específicos: 1) mapear os principais traços identitários, trajetórias políticas, objetivos e estratégias de atuação das instituições selecionadas e; 2) identificar como se constituem as redes de articulação dessas instituições entre si, assim como os vínculos e articulações que elas estabelecem com o poder político e a burocracia pública estadual (Projeto FACITEC, 2008-2010). Para atingir os objetivos, a pesquisa abordou catorze instituições representativas da sociedade civil capixaba, sendo uma delas a Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo - INTERSINDICAL. Este artigo se restringe a apresentar resultados parciais da pesquisa colocando o foco no discurso deste sujeito coletivo produzido até o momento.

Este sindicato surgiu no início do século XX, contudo só foi estabelecido de fato como sindicato, no final da década de 70. A escolha deste sindicato baseia-se na expressividade de sua existência na sociedade capixaba, tendo em vista que os sindicatos da orla portuária Espírito-Santense, durante toda a sua existência, participaram de movimentos políticos e econômicos visando melhorias para os seus representados e toda a sociedade civil (COLBARI, 2003). Compreender o discurso deste sujeito coletivo sobre sua trajetória, redes e poder, torna-se relevante para a compreensão de sua participação no processo de alargamento da democracia no estado do Espírito Santo a partir de 1995 e como ele interfere nas decisões do governo do Estado.

3.2 – Revisão de Literatura

O sindicato nasceu com o intuito de proporcionar aos trabalhadores melhorias para o seu bem-estar econômico e social. Este objetivo ganhou contornos políticos em meados do século XX, uma vez que a postura do órgão sindical foi pouco a pouco se firmando contrária à política governamental que dominava no

⁵ As autoras agradecem ao Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória-FACITEC da Prefeitura Municipal de Vitória pelo apoio financeiro à pesquisa.

momento (MATOS JUNIOR, acesso em 04 set. 2006). Diante do processo de redemocratização, ocorreram no Brasil transformações na economia e sociedade, especialmente no final dos anos 70, alimentando uma conjuntura de lutas e reivindicações por mudanças no regime político e atendimento das demandas sociais, historicamente colocadas em segundo plano pelo Estado brasileiro.

A formação de novos padrões econômicos voltados para a acumulação flexível configurou um mercado flutuante. Nos anos 90, a globalização da economia e a abertura comercial no Brasil acarretaram a reestruturação produtiva, ou seja, mudanças no processo de trabalho. Surgiram ainda, inovações tecnológicas que diminuiriam o trabalho braçal (DIÉGUEZ, 2009). Este cenário impôs aos sindicatos reflexões sobre suas perspectivas de atuação, estratégias de representação e de mobilização dos trabalhadores, termos adotados no discurso sindical, bem como novas formas de articulação política para vencer os desafios do sindicalismo contemporâneo. Na década de 90 puderam-se observar também alterações na agenda sindical, onde os novos pontos de pauta passaram a ser a defesa do emprego, tema predominante na agenda, assim como a participação nos resultados, “a flexibilização da jornada de trabalho (banco de horas) e a discussão de mudanças na gestão e organização do trabalho” (RODRIGUES, 1999, p. 84).

No cenário capixaba, além do contexto exposto acima, as configurações sindicais também foram marcadas pelas mudanças que o estado estava vivenciando. O Espírito Santo deixava de ter um caráter agro-exportador, ingressando na rota da industrialização, via implementação de importantes complexos industriais e de serviços – siderúrgico, paraquímico e ferro-portuário (COLBARI, 1999).

Diferenciando-se em parte, da (re)configuração que os sindicatos nacionais e regionais vivenciaram, os sindicatos da orla portuária, tiveram o decreto Lei 8.630/93 sobre a reestruturação dos portos nacionais, como principal elemento impulsionador de mudanças. A lei prevê, dentre outros aspectos, a descentralização da administração dos portos, com a criação do Conselho de Autoridade Portuária, a não obrigatoriedade dos terminais privados em só operarem suas cargas e a criação de um Órgão Gestor de Mão-de-Obra

(Ogmo), suprimindo o monopólio sindical nesta tarefa (COLBARI, 2003). A seguir apresentamos a metodologia de pesquisa adotada com este sujeito coletivo.

3.3 – Metodologia

Para atingir os objetivos propostos adotamos a pesquisa de campo qualitativa, exploratória e documental. Os documentos utilizados são o *site* e jornais do sindicato, estatutos e acordos coletivos. Os dados obtidos nestes documentos foram confrontados com os dados extraídos das entrevistas em profundidade, realizadas no período de setembro/2008 a fevereiro/2009), com cinco sujeitos indicados pela Intersindical. Os sujeitos foram indicados com base na sua representatividade dentro da Intersindical, seja pelo seu papel na história do sindicato, seja pelo reconhecimento de sua representatividade entre os membros do sindicato. A definição desse critério visa registrar o depoimento daquelas pessoas autorizadas a falar pelo sindicato, tendo em vista que nosso objetivo pauta-se na extração do discurso institucional, ou seja, do discurso do sujeito coletivo.

Através do roteiro de entrevista, buscamos identificar: a visão dos sujeitos sobre a razão de ser do sindicato (características que o especificam em relação aos demais sindicatos, objetivos, políticas e estratégias adotadas a partir de 1995); os valores éticos-políticos que norteiam a conduta de seus membros e que estejam em sintonia ou não com a normatividade democrática (circulação interna de informação, participação dos associados ou das bases na formulação de políticas e estratégias; mecanismos internos de controle e sanção; concepções sobre corrupção e improbidade administrativa e o quadro de instituições que potencialmente poderiam compor uma parceria ou articulação com o sindicato, para a concretização de determinados fins.

O método do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2005) possibilita a organização dos dados através de tabelas, expressões-chave, idéias centrais e ancoragens, consideradas figuras metodológicas para auxiliar a visibilidade da riqueza e complexidade das informações, permitindo-nos identificar as representações sobre política, desenvolvimento, etc. existente

nos discursos dos sujeitos entrevistados. A metodologia utilizada trabalha as expressões chaves das entrevistas realizadas que são submetidas a um trabalho analítico de decomposição para a construção dos IAD's (Idéias Centrais do Discurso). Desta forma, o Discurso do Sujeito Coletivo agrega respostas relacionadas em um discurso único, contudo este contém as singularidades dos indivíduos que fizeram parte de sua construção. Ao fim deste processo, obtêm-se respostas das questões formuladas de forma resumida, a qual expressa à reconstituição discursiva da representação social. Este material, assim elaborado, constitui-se na matéria prima para a análise e interpretação que buscará responder as questões formuladas pela pesquisa.

3.4 – Resultados

A Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo possui uma característica organizacional distinta dos outros sindicatos, pois é composta por sete sindicatos: Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Arrumadores e Desatracadores, Sindicato dos Conferentes, Sindicato dos Amarradores, Sindicato dos Consertadores, Sindicato dos Portuários Avulsos com Vínculo Empregatício nos Portos do Estado do Espírito Santo, Sindicato dos Vigias e Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário no Estado do Espírito Santo. De acordo com a secretaria do sindicato, no primeiro semestre de 2009, a Intersindical representava cerca de 3.500 filiados.

A origem da Intersindical está ligada às transformações que foram instituídas aos portos brasileiros a partir do início da década de 90, que visavam modernizar tanto os portos, quanto as relações trabalhistas e sindicais vigentes até o momento. Durante este processo foi criada a Comissão de Mobilização Nacional em Defesa dos Portos, nome oriundo do Movimento Nacional em Defesa dos Portos. Este contexto é marcado principalmente por suas conturbadas negociações para a criação da Lei 8.630/93. Durante todo o processo de concepção e aprovação da lei, houve uma ampla e unificada participação dos sindicatos portuários do Espírito Santo. Mais tarde, ao observarem que esta integração os tornava mais fortes, frente às suas demandas, os sindicatos criaram a Intersindical para agir em conjunto. Vale

ressaltar, que todos os sindicatos integrantes continuam com suas diretorias próprias, tendo liberdade de gestão e articulação.

Segundo Dagnino, Olvera & Panfichi (2006), temos aqui um desafio, que é como entender a multiplicidade de atores constituintes do heterogêneo campo da sociedade civil? Para isso, traçamos a trajetória política dos entrevistados, que em sua maioria, se caracteriza pela ascensão na gestão do sindicato depois de ter atuado em outras funções na Intersindical; atuação político-partidária e participação no movimento estudantil. A origem da trajetória política da maior parte dos entrevistados está ligada ao movimento sindical trabalhista. Apenas um dos entrevistados possui formação superior.

3.4.1 – Traços Identitários da Intersindical

Os traços identitários da Intersindical sintetizam as características do sindicato, ou seja, aquilo que o particulariza em relação a suas congêneres. Os traços identitários da Intersindical são: história/origem composta por trabalhadores escravos e desvalorizada; manter características estruturais e/ou organizacionais específicas e identificadas com valores democráticos; atuar em/ou compor redes civis de articulação; representar os trabalhadores na política.

O primeiro traço marca a identidade da Intersindical e demonstra como o trabalho no Porto do Espírito Santo começou em condições precárias, constituído por trabalhadores de origem popular e de diferentes nacionalidades. O segundo traço, presente no DSC abaixo, revela a autonomia da Intersindical em relação aos demais sindicatos capixabas e as negociações como um todo, bem como o uso de meios democráticos para essas negociações.

Então esse talvez seja o nosso diferencial no Movimento Sindical que a gente propõe a gente num fica com o pinico na mão pedindo nada a ninguém. Então, nós participamos da vida política do estado, mas sem depender de ninguém né, por isso que a gente tem voz própria, aí, às vezes somos mais ouvidos (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

O traço denominado atuar em/ou compor redes civis de articulação, vem complementar essa noção de autonomia, pois é onde o sindicato se mostra unido e articulado, agindo de maneira autônoma em relação às negociações que compõem as redes de articulação. Mas, esse discurso baseado em valores democráticos se contradiz quando comparado a outros discursos do sujeito coletivo (DSC), que caracterizam a Intersindical como assistencialista, ou seja, possuidora de características não compatíveis com mecanismos tradicionais da democracia representativa.

Aqui é a história da ajuda mútua, a gente ajuda os aposentados, ajudam pensionista, as viúvas, quem passou por aqui é ajudado pelo sindicato. Não com assistencialismo barato, mas, com assistencialismo de inclusão social (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

Já o último traço que caracteriza a Intersindical em seu discurso, explicita a preocupação em defender e representar todos os trabalhadores filiados, bem como o fato da Intersindical ter se tornado referência nacional em política portuária.

Depois da Lei 8.630 que regulamentou todo trabalho portuário o sindicato ele ficou mais pra negociar e representar os trabalhadores no setor portuário. E a gente já é referencial nacional em política portuária (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

Toda essa idéia de autonomia, de articulação e de a Intersindical já ter se tornado referencia nacional em política portuária, presente no discurso do sujeito coletivo, confirma-se no artigo 1º do Estatuto da Intersindical, que a identifica como

“uma sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, a prazo indeterminado, com sede e fórum em Vitória-ES, sito à Av. República nº 01, Centro, gerido pelas entidades sindicais de trabalhadores da orla portuária, destinada a promover, diretamente ou em colaboração com outras entidades, a busca de alternativas para um maior engajamento do Sistema Portuário Brasileiro no contexto nacional e internacional, tornando-se mais modernos e integrados no processo de desenvolvimento capixaba, nacional e mundial e integrados no processo de desenvolvimento mundial” (ESTATUTO, p. 1).

No discurso da Intersindical verificam-se dois objetivos principais. O primeiro é o fortalecimento do sindicato, através das negociações em conjunto pelos sindicatos que compõe a Intersindical, a possibilidade de unificar estes sindicatos e principalmente da manutenção do relacionamento do trabalhador com a Intersindical, de forma que este trabalhador pense de maneira positiva em relação ao sindicato, conforme o DSC a seguir.

Todos eles [os trabalhadores] são contribuintes com o sindicato e vive uma relação muito próxima, então a gente tem como prioridade manter essa relação. O Sindicato ele se envolve politicamente a partir do momento que há necessidade de envolvimento político, mas, o nosso envolvimento direcionado, está focado mesmo no trabalhador, com a relação ao trabalhador, com as necessidades do trabalhador e da atividade. Oh, o [outro] grande objetivo da Intersindical é tornar os setes sindicatos num único, né! Qual era a nossa visão da criação da Intersindical? Era criar a Intersindical e logo em seguida fazer a unificação dos sindicatos porque aí você teria uma categoria unificada (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

Já o segundo objetivo visa melhorar as condições de vida e/ou trabalho, que tem relação com o objetivo anterior. Estas melhorias são garantidas pela Convenção Coletiva do Trabalho 2005/2007 da Intersindical que prevê como dever dos Operadores Portuários, “zelar pelo cumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho” (CCT 2005/2007, Parágrafo Segundo da Cláusula 2ª, p. 03). Já o parágrafo terceiro, desta mesma cláusula, define como direito dos trabalhadores, entre outros, o “direito à formação, aperfeiçoamento, ascensão e promoção profissional” e o “direito à assistência do sindicato no local de trabalho” (CCT 2005/2007, p. 03).

3.4.2 – Trajetória da Intersindical

Na trajetória da Intersindical, o ponto de partida para mudanças foi à criação da Lei 8.639/1993 de Modernização dos Portos, que altera as atribuições dos sindicatos nos portos. No entanto, apesar dessas mudanças, a Intersindical continua sendo o órgão aglutinador de forças dos sete sindicatos que ela representa, citados anteriormente.

O objetivo dela [a Intersindical] era participar ativamente da lei, porque se deixasse os parlamentares iam construir a lei do jeito que os empresários queriam. E o que é fundamental na lei, é a garantia do registro profissional, e lá no PL11 a gente num tinha o reconhecimento dessa atividade. Éramos nós, e o futuro ia se discutir. Qual é a nossa percepção? Que ia vir uma mudança, então, nós tínhamos que está dentro do processo de mudança discutindo e propondo. Onde nós tiramos isso? Foi estudando. Nós tivemos alguns companheiros aqui que foram a Europa, viram o que tava ocorrendo lá, uns companheiros foram pro EUA, várias vezes, eu tive na América Latina durante três meses né! Então quando a gente voltou dessas viagens, que foi muito boa, [nós percebemos que] no Brasil tava faltando muito né! Então, ou nós fazemos a mudança, e influenciamos dentro dela pra melhorar os prejuízos, ou nós vamos ser arrebatados. Por que, você tinha o governo Collor no Brasil né? Você tinha então um governo com essa postura né, "liberal", "de privatizar", "o Estado não vale nada", o Estado tinha até uma propaganda de mostrar o Estado como "elefante" né? (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

3.4.3 – Redes e Poder

Neste tópico, buscamos identificar as políticas, objetivos, estratégias, desafios e possíveis redes de articulação política da Intersindical no discurso do sujeito coletivo, já que a Intersindical tem atuação em diferentes espaços. Os principais objetivos e políticas da Intersindical a partir de 1995, referem-se a ações de médio e longo prazo. Em geral, abrangem um período de gestão da administração, porém, não definidas no estatuto. A grande política do momento é a construção do Porto de Águas Profundas.

A construção de um Terminal de Contêineres no estado do ES pra gente entrar na rota de competitividade com os demais portos brasileiros e que agora todo mundo está chegando conclusão de que é a última solução para o estado. (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

Outra política perceptível no discurso é a modernização diária do porto. Isso se reflete no porto através da busca por novos conhecimentos e aprimoramentos técnicos e pela adoção de novas tecnologias. Com relação aos objetivos da Intersindical, que são as ações permanentes definidas como sua missão, puderam-se identificar os objetivos citados a seguir, definidos a partir de sua

conjuntura histórica desde 1993: contribuir para a mudança da Administração Pública e mudança política do Espírito Santo; fortalecer o sindicato; melhorar as condições de vida e/ou trabalho; realizar políticas de reação ao desemprego/desestruturação do mercado de trabalho.

Eu já comecei a atingir algumas metas. Desde quando eu assumi a primeira presidência, eu sempre quis ter trabalhadores capacitados e treinados pelo terminal para realizar as funções que eles desempenham (...). E trabalhando dessa forma a gente vai sempre ter aquele posto de trabalho garantido (...). Nós como sindicato deles, como entidade sindical, a gente trabalha muito diretamente nos objetivos que a gente marca que a gente vê pro trabalhador, e em relação as empresas e o trabalhador, quer seja condições de trabalho, de salário. Essa é a linha da gente de trabalho, sempre numa linha de procedimento, que é o bem estar do trabalhador, condições de trabalho, de segurança, de higiene, de salário, então nós aqui somos focados diretamente no trabalhador (...). (trecho do DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

As redes de articulação da Intersindical (espaços públicos que o sindicato utiliza para dar visibilidade a suas políticas e objetivos) e as estratégias de atuação e negociação (como atuam nestas redes) podem ser compreendidas em parte neste artigo. Por exemplo, a estratégia para efetivação da política de construção do Porto de Águas Profundas, demanda articulações políticas com instituições de natureza diversas.

Praticamente o pessoal do EADIS⁶, COIMECS⁷, as prefeituras, da Serra, Cariacica, Vitória, e de Vila Velha, Governo do Estado. Deixa-me ver mais aonde, o Governo Federal, a CODESA⁸ como autoridade portuária, as Câmaras de Vereadores, Assembléia Legislativa, a Bancada Federal do Estado do Espírito Santo, então nós já envolvemos todo mundo nessa discussão da construção do porto (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

Vale ressaltar, que esta estratégia adotada para a construção do Porto de Águas Profundas se aproxima da proposta de Lojkine (1999), que aponta para

⁶ Estações Aduaneiras de Interior.

⁷ Grupo capixaba formado por uma *holding* e mais nove empresas de diferentes segmentos de atuação.

⁸ Companhia Docas do Espírito Santo.

a redefinição do lugar do movimento sindical. Neste caso, articula-se com o poder público, em parceria com prefeituras municipais, governo estadual e outras instituições, de modo a intervir nas decisões políticas do setor.

Para melhorar as condições de vida e de trabalho de seus associados, a Intersindical manifesta em seu discurso, uma atuação clara e influente em tempos eleitorais, atraindo apoio político ao colaborar com os políticos que atuam diretamente nas políticas do Porto de Vitória.

Igual agora nas eleições, a gente sempre tem um lado, a gente nunca fica em cima do muro, então ela [a Intersindical] se relaciona com os políticos que se relacionam muito com a gente, e que trabalham junto com a gente durante um mandato inteiro. A gente não pega político aventureiro que vem aqui uma vez em quatro anos pra pedir o voto. Então, num tem conversa, a gente recebe todos, mas a gente dá o nome a quem a gente quer que vá andar com a gente, a gente vai andar junto fazendo campanha. Então esse é o comportamento que a gente tem. (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

Outro exemplo pode ser citado abaixo.

Agora junto com o governo nós temos os políticos, né. O único político que nos ajuda e muito aqui, é o prefeito de Vitória, e a deputada Iriny Lopes. Oh! O prefeito de Vitória, o presidente da câmara de Vitória e a deputada Iriny Lopes, ela conhece o dia-a-dia do porto, conversa muito com a gente, ela sabe o potencial da gente, confia na gente por isso fala por nós, esses três sempre falam. (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e fevereiro de 2009).

Os desafios da Intersindical, que são as dificuldades enfrentadas pelo sindicato para colocar em prática suas políticas e objetivos, desde 1993, ano de criação da Lei de Modernização dos Portos (Lei 8.639/1993), são vários e estão relacionados com as consequências da globalização/neoliberalismo para o mundo do trabalho, como: a tentativa da Intersindical de agir contra o enfraquecimento do movimento sindical; preocupação em garantir postos de trabalhos e remuneração para o trabalhador e; tentativa de provar que o trabalho avulso é a melhor forma de trabalho para o sistema portuário.

O desafio maior nosso que a gente não abre mão e tenta manter essa chama acesa é a manutenção do salário do trabalhador. A crise também pra quem não sabe, chegou ao Brasil, hoje nós temos poucas aquisições, pouco trabalho, trabalhador ganhando menos. Não em relação ao trabalho diário, mas, menos por que ele tá tendo menos oportunidade de trabalho, ele não está conseguindo trabalhar todo dia. E tem também o trabalho de contratação por vínculo empregatício dos trabalhadores fora do sistema, que é uma decisão do DST [Delegacia Superior do Trabalho], que permite que as empresas contratem o trabalhador pra fazer a nossa atividade do porto. Então, isso é o que tem incomodado, e a gente tem trabalhado muito contra isso, são esses os desafios. É, provar que o trabalho avulso é o melhor, é mais barato do que o trabalho vinculado, trabalho portuário. (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e fevereiro de 2009).

Mas, existe também, o desafio referente à saúde do trabalhador, especificamente o combate ao alcoolismo e uso de drogas entre os trabalhadores portuários.

Nós estamos percebendo aqui no sindicato, há alguns anos um problema sério isso, álcool e a droga. Quando eu entrei aqui eles usavam muito maconha. Da maconha passou pra cocaína, agora tá na fase do crack, isso é um tormento, toda categoria está passando por isso. O que nós estamos pensando em fazer? Os sindicatos vão discutir isso no patronato, um projeto juntando essas estruturas que estão no OGMO, com o sindicato, pra tratar, pra dar conta disso, que um trabalho difícil de ser feito, muito difícil. (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e fevereiro de 2009).

Uma preocupação dos sindicatos em relação às transformações advindas da reestruturação produtiva, apontadas na revisão de literatura, é a manutenção da qualificação dos trabalhadores devido às crescentes inovações tecnológicas. Este é mais um desafio que os entrevistados da Intersindical consideram que deve ser superado na construção do Porto de Águas Profundas em Vitória/ES, já que este Porto irá atender as demandas portuárias internacionais. O desafio de construção do Porto de Águas Profundas também foi visto por alguns entrevistados como um objetivo a ser perseguido.

Porque aqui você tem o que, é: produção em baixa escala, você tem equipamento defasado, a mão-de-obra, que é pessimamente treinada. Nós contratamos um projeto, estamos discutindo com o governo do estado, com

os empresários, com todo mundo, com toda comunidade um projeto de porto que nós chamamos "de águas profundas", projeto de contêineres é um projeto dos trabalhadores. Nós estamos com ele todo pronto, e o projeto tá sendo imediato pra gente, porque se o Espírito Santo não fizer isso, nós vamos estar fora do comércio internacional. Por quê? Porque os portos que nós temos não atende os grandes navios. (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e fevereiro de 2009).

O potencial e limitações da Intersindical para apoio a articulações visando a realização de coalizões políticas, ou seja, as afinidades e disparidades entre a Intersindical e demais sindicatos, bem como com quais instituições a Intersindical faria parcerias ou se aliaria para apoiar determinados tipos de ações, também são dados relevantes a serem considerados neste artigo. Observa-se no discurso do sujeito coletivo que a maioria dos entrevistados se esquivava da pergunta sobre quais instituições o sindicato apoiaria ações ou projetos políticos do Governo do Estado do Espírito Santo. Muitos entrevistados não conheciam algumas siglas das instituições apontadas pelas pesquisadoras, demandando esclarecimentos, o que já indica um baixo grau de relação dessas instituições com a Intersindical.

As instituições citadas por ordem de prioridade foram; Partido dos Trabalhadores - PT, Prefeituras Municipais, Autoridades Portuárias, Governo Estadual, Transparência Capixaba, ES em Ação, SINTRACONST, SINDFER, OAB, PMDB, PDT, PSB, FINDES, FAES, FAMOPES, FETAES, CONIC, DEM, CPV, PSDB. Porém, mesmo com poucos dados, é perceptível em seu discurso que a Intersindical se considera uma organização petista, porque o diálogo com os parlamentares deste partido parece ser mais evidente em comparação com as outras instituições e mais forte dentro do estado do Espírito Santo. É importante deixar claro, que o fato da Intersindical se assumir petista, não significa que seus dirigentes também sejam, embora posições muito claras de anulação de possibilidades de coalizão com outros partidos políticos apareceram nas entrevistas.

Posso te garantir que, quando eu falo que eu me aliaria ao PT, eu diria a você que aos demais [partidos], eu não me aliaria, por que já sofri muito com PSDB, PMDB, eu acho que eles vendem uma coisa... Não sei como eles conseguem vender uma coisa que todo mundo vê e não vê. O governo Lula tem um monte de defeitos, mas eles tinham muito mais. (Entrevista realizada em fevereiro de 2009).

PSDB e Democratas de forma nenhuma! (entrevista realizada em outubro de 2008).

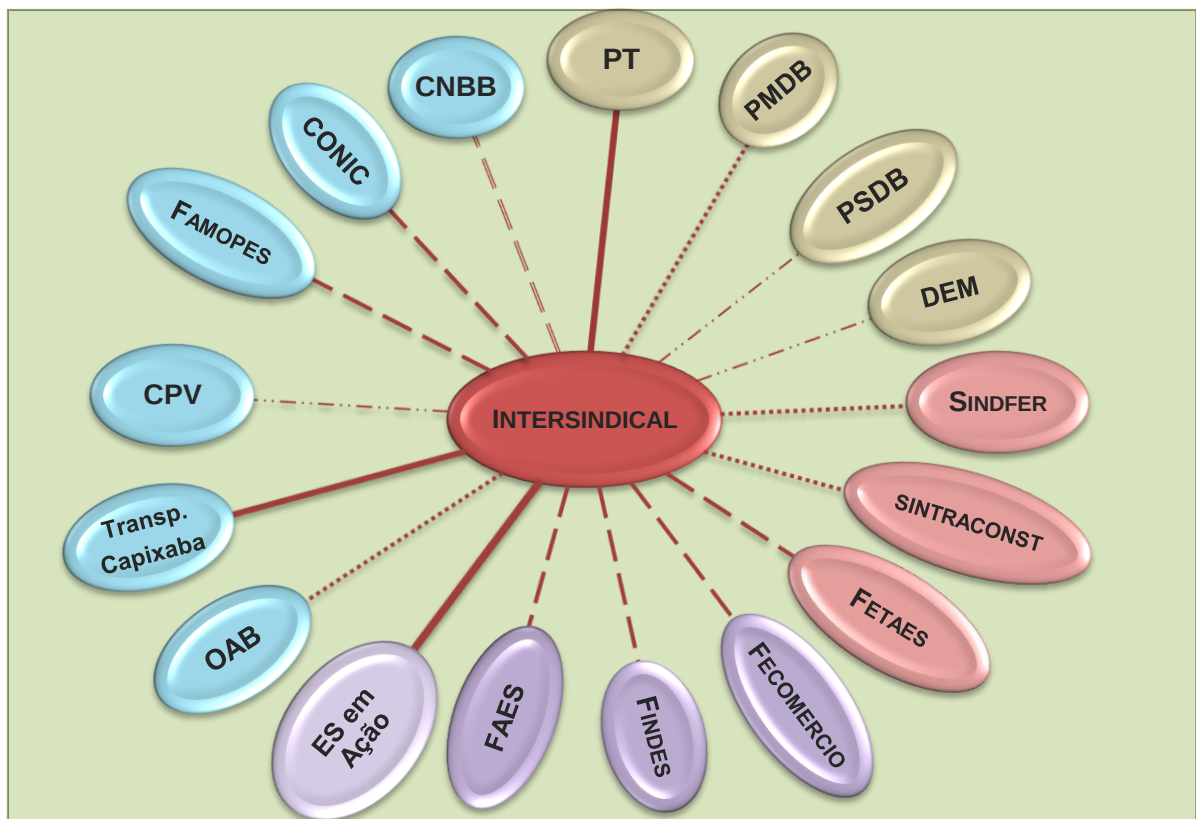


Gráfico 03 – INTERSINDICAL versus Instituições/Organizações,
segundo o grau de articulação possível de ser estabelecido

LEGENDA

MUITO PROVÁVEL	—————
PROVÁVEL	
POUCO PROVÁVEL	- - - - -
IMPROVÁVEL	-. - . - .

Em síntese, a categoria de espaço público nos permite entender que "(...) o exercício da deliberação, sob condições adequadas, amplia a esfera da política, abre oportunidades de inovação e permitem um tipo de relação entre a sociedade civil, a sociedade política e o Estado, que cria possibilidades antes inexistentes" (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p.25). Portanto, é importante ressaltar que a Intersindical, no momento da articulação para viabilizar a discussão de uma determinada política de grande abrangência, em prol do interesse desta, como a construção do Porto de Águas Profundas, manifesta-se aberta à apoios políticos de todas as partes, apesar das diferenças ideológicas. Ou seja, a Intersindical busca coalizões com o PT, no máximo com o PDT e às vezes com o PMDB, lembrando que atualmente o Governo do Estado do Espírito Santo é PMDB. Então, essa possibilidade de coalizão pode ser momentânea.

As articulações da Intersindical visam principalmente melhorias nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores que representam. Geralmente ocorre com instituições ligadas a políticos e líderes da área portuária e com o movimento sindical, embora haja articulações também, com instituições de diferentes segmentos. Discussões sobre o desenvolvimento do Estado, geração de emprego, renda, etc., também estão presentes nas articulações com sindicatos como o SINTRACONST e o SINDFER.

Talvez por não atuar no Porto, a Intersindical rejeita coalizões com o PSDB, DEM e CPV, o que reforça a tese de que o PT está realmente mais próximo fisicamente e ideologicamente da Intersindical. Embora a Intersindical estabeleça alianças, ela se considera independente dos partidos políticos e das instituições citadas anteriormente.

Apesar de a gente reconhecer o valor de algumas instituições, entidades, mas nós não somos filiados a partido nenhum, não temos compromisso com partido nem com essas outras entidades (...). (Entrevista realizada em outubro de 2008).

Outra parceria, já consolidada, é o apoio da Intersindical à Transparência Capixaba e sua participação no Espírito Santo em Ação, fomentando discussões sobre o desenvolvimento, rodovias, ferrovias e principalmente a

construção do Porto de Águas Profundas para desenvolver o Estado, principalmente no que tange à logística.

3.4.4 – Princípios que Pautam as Práticas da INTERSINDICAL e a Conduta de seus Membros

Princípios que pautam as práticas da Intersindical, são as relações que esta estabelece com a base, no sentido de avaliar o quão democráticas são as práticas da Intersindical, bem como os possíveis beneficiários que participam do processo de tomada de decisão.

Olha, pra base a gente leva as questões que estão ligadas diretamente com a base, negociação coletiva, é a primordial, é que envolve também movimento de greve, paralisação, protesto essas coisas assim a gente leva pra base. A gente leva pra base também as discussões sociais, como planos de saúde, seguro de vida, fundo de pensão, a gente leva pra base dá um destino pra essas coisas. Na realidade o acordo só é assinado, a negociação só é concretizada após a assembléia e deliberação da classe autorizando a assinatura do mesmo. Então, é democrático, um processo democrático (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

É importante destacar que a assembléia de associados tem forte influência nas decisões da Intersindical e é dessa forma que ocorre à participação dos associados dentro do sindicato. Porém, existe um Conselho Deliberativo que restringe à participação em alguns assuntos estratégicos, que são exclusivos das lideranças (diretoria). De acordo como os entrevistados, a participação dos associados também pode acontecer por meio das eleições, onde qualquer associado regular pode concorrer às eleições da Intersindical.

Já no que se refere à circulação de informações dentro do sindicato, outro princípio que pauta as práticas da Intersindical é a oferta de condições mínimas para participação de seus beneficiários/filiados/associados, pautadas em informações que circulam da diretoria para a base e vice-versa através de meios de comunicação.

Divulga-se bem as assembléias, leva pro setor de escalação, a gente publica os editais no jornal, nos jornais locais (A Gazeta, A Tribuna) pra atingir. Então, a gente publica. A gente coloca as atas, comunica, conversa, explica como vai acontecendo (...). No dia da escalação do trabalho, quando o pessoal tá sendo escalado, a gente passa lá dando avisos, passando as informações. Aqui tem futebol, tem uma bocha, tem baralho, tem churrasco, tudo funciona, tem café de manhã cedo. Então nessa hora que a gente tá passando as informações e conversando com os associados, de manhã ou de tarde, sempre aqui na sede do sindicato (DSC: entrevistas realizadas entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009).

Quanto aos critérios de inclusão e exclusão da Intersindical, que são os princípios que pautam as condutas dos membros do sindicato e os valores que devem guiar a ação dos associados, a Intersindical revela em seu discurso critérios específicos de adesão e participação. Porém, estes critérios possuem certa flexibilidade, pois ao mesmo tempo em que o nível de participação de um associado pode definir sua permanência ou não no sindicato, a adesão é voluntária.

E existem os compromissos do trabalhador também com o sindicato, por exemplo, a presença as assembléias, pra manutenção. A ausência à assembléia, até três assembléias consecutivas ele é desligado da assembléia. E os que entram no sistema alguns aderem por filiar ao sindicato. Essa pessoa que entra ela se filia ou não, garanto a você que todos filiam, eu não tenho ninguém que não seja filiado. Mas, a pessoa tem a escolha. (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e fevereiro de 2009).

Para se filiar à Intersindical o trabalhador tem que pertencer à categoria dos portuários do Espírito Santo. Mas, antes disso, há também, outros pré-requisitos que não se referem necessariamente ao pertencimento à categoria. São requisitos voltados aos candidatos à inscrição do processo seletivo do OGMO/ES para trabalhar no Porto de Vitória/ES, como: “declarar conhecer as características, particularidades e condições do trabalho portuário, como trabalhador avulso, mediante assinatura de termo específico; não ser aposentado; ter idade mínima de 18 anos; estar em dia com sua situação militar e eleitoral; possuir no mínimo o 2º grau completo; não haver sido

condenado pela justiça criminal” (CCT 2005/2007, tópico II do Parágrafo 2ª da cláusula 17ª, p. 18).

O Parágrafo primeiro da Cláusula 17ª afirma que “(...) o ingresso de TPA (Trabalhador Portuário Avulso) ao registro se dará por atividade e mediante processo seletivo, convocado por edital específico para tal finalidade pelo OGMO/ES (...)” (CCT 2005/2007, p. 12). Para os associados que não mantiverem uma conduta satisfatória no sindicato, este conta com critérios para exclusão/desfiliação definidos formalmente ou por iniciativa do filiado.

Desfiliar basta ir ao OGMO e fazer uma cartinha do próprio punho dizendo que a partir de amanhã não quero mais pagar DAS, estou desfiliando, ou seja, eu quero sair do sindicato em questão. Ou se ele causar danos ao patrimônio, a assembléia que vai determinar a punição pra pessoa (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e fevereiro de 2009).

De acordo com a CCT, pode ser desfiliação e/ou excluído da Intersindical “os Trabalhadores Portuários Avulsos registrados ou cadastrados que estejam ausentes ou que se ausentarem sem justificativa da atividade (participação do sistema de rodízio) por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos...” (CCT 2005/2007, pg. 12). Ou, os Trabalhadores Portuários Avulsos que possuírem duas penalidades graves ou uma gravíssima em período inferior a 02 (dois) anos, ou ainda, nos casos de flagrantes as infrações.

No discurso da Intersindical é possível compreender seu posicionamento em relação à corrupção e/ou improbidade administrativa. O conceito de corrupção utilizado neste artigo é o de corrupção pública, que é “(...) de natureza política, quando envolver agentes políticos tais como: chefes do Poder Executivo e seus auxiliares (Secretários e Ministros) ou membros do Poder Legislativo.” (SÁ, 2003, p. 25). O posicionamento da Intersindical sobre o combate à corrupção é realizado via instrumentos legais e/ou formais, como é o caso específico de combate à venda de liminares judiciais no Espírito Santo, conforme DSC a seguir.

Nós não comungamos com isso não. Por que nós sofremos muito com essa bandalheira que aconteceu, de compra de liminares. O setor portuário uma época aí estava infectado com isso. Por que o advogado entrava na justiça, ganhava uma liminar e botava um monte de gente no sistema, aí nos fizemos uma ação organizada com o setor empresarial portuário. O cara [advogado] botava 300 trabalhadores no sistema, e o cara ficava ganhando o dinheiro dos trabalhadores que entravam no sistema. Não era concurso não, era fora do concurso entendeu simplesmente o advogado pegava a ação e botava o cara no sistema e encheu nosso sistema, entendeu? (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e fevereiro de 2009).

A Intersindical participa de ações simbólicas de enfrentamento a corrupção, como descrito no DSC a seguir:

Algumas pessoas nossas participaram da lavagem, lá do Palácio da Justiça, lá no Tribunal de Justiça, e a gente tem algumas articulações aí de denunciar na OAB. Então a gente participa ativamente (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e fevereiro de 2009).

Porém, em alguns momentos, a concepção de corrupção é banalizada, pois entre os representantes da Intersindical, percebe-se uma reação amena contra a corrupção.

Infelizmente na sociedade que a gente vive a gente já espera tudo né, porque todos os dias a gente abre os jornais e tá vendo coisas desse tipo acontecer no Brasil inteiro. Embora aconteça em outros países também, aqui a incidência de casos de corrupção, de desvio de conduta, de autoridades, de políticos é muito grande. Não devemos nos conformar nunca né, mas acontece que a gente convive com isso muito frequentemente e chega um momento que já nem choca tanto, porque você vê as pessoas já esperando acontecer essas coisas; deprime até as pessoas. Eu particularmente sofro com isso! (DSC: entrevistas realizadas entre setembro 2008 e fevereiro de 2009).

Outro tema relevante é a improbidade administrativa. O conceito adotado neste artigo refere-se à conduta antiética no tratamento daquilo que é público (MATIAS, 2008), contrariando a idéia de que na administração pública não pode prevalecer à vontade pessoal, tudo é regido por lei, em prol da coletividade, do interesse público. A Intersindical não apresenta em seu

discurso uma concepção de improbidade administrativa clara. Apenas aponta três mecanismos adotados para este caso. O primeiro é o mecanismo de transparência e regularidade na prestação de contas, onde os entrevistados afirmam existir um conselho fiscal para o qual todos prestam contas. O segundo mecanismo reafirma o primeiro porque cita a existência de mecanismos de vigilância e controle administrativo.

“A fiscalização financeira da Intersindical caberá a uma Comissão de três membros, eleitos dentre os componentes do Conselho Deliberativo” (Estatuto, artigo 10, 2006).

Além disso, pode-se verificar no Estatuto Social do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Espírito Santo (2007), que a função do fiscal é: emitir parecer sobre orçamento do sindicato para o exercício financeiro; opinar sobre as despesas extraordinárias; emitir parecer sobre o balanço do exercício financeiro e lançar no mesmo seu visto, entre outros (ESTATUTO SOCIAL DOS CONFERENTES, 2007). Já o terceiro mecanismo de sanção e punição interna, afirma que os membros da diretoria ou do conselho fiscal, perderão o seu mandato nos casos de malversação ou dilapidação do patrimônio social, dentre outros (ESTATUTO SOCIAL DOS CONFERENTES, 2007, artigo 39 do Capítulo V). Por fim, a Convenção Coletiva do Trabalho 2005-2007, considera falta grave adulterar documento sob sua guarda ou responsabilidade, entre outros. E como falta gravíssima a apropriação indevida de qualquer objeto de terceiros, a bordo, nos pátios ou nas instalações dos terminais. Nestes casos o trabalhador pode ter de 6 (seis) a 10 (dez) dias de suspensão. (CCT, tópico XIII da Cláusula 14 p. 14).

3.5 – Considerações finais

Ao refletirmos sobre a questão portuária no Brasil, após a promulgação da Lei 8.639/93 de Modernização dos Portos, tomando como premissa que esta provocou modificações nas práticas do trabalho em todos os sentidos, pode-se dizer que a estratégia de atuação da Intersindical é mais viável do que resistir cegamente a Lei de Modernização dos Porto, ao participar da formulação da lei para que seus interesses fossem contemplados (COLBARI, 1999).

Mas, também é necessário refletir sobre os principais temas que o sindicato aponta em seu discurso para a sociedade capixaba e como ele os torna visíveis. Neste sentido, os temas que mais chamam atenção, referem-se à construção do Porto de Águas Profundas ou Terminal de Contêineres e melhorias nas condições de vida e de trabalho dos associados. Observa-se que a Intersindical busca dar visibilidade a estes temas, através de articulações, principalmente com o governo estadual e municipal, parcerias político-partidárias nas Câmaras e Assembléia, Ong's, ações conjuntas entre os sete sindicatos que compõem a Intersindical e em parceria realizadas com outras instituições.

As mudanças que ocorreram depois do surgimento da Intersindical, em 1993, tiraram desses sindicatos o controle sobre os postos de trabalho no Espírito Santo e colocaram a Intersindical numa posição de competição com grandes empresas na gestão do trabalho. Este fato torna-se mais claro em relação à reestruturação produtiva dos Portos, o qual gera a redução do número de postos de trabalho sendo um dos desafios do sindicalismo contemporâneo. A Intersindical, mesmo com sua rede de coalizões, necessita investir nestas relações se quiser almejar maior espaço na sociedade. Os seus desafios refletem as dificuldades de atuação apontadas por Antunes (1995), Ramalho (1997) e Palassi (2004), as quais configuram uma crise de identidade do sindicalismo.

Vale ressaltar, que mesmo com todos os desafios expostos, a Intersindical revela em seu discurso estratégias que parece possibilitar a ampliação de benefícios aos trabalhadores portuários e ao porto, como a política de articulação com outras instituições, agentes políticos e bases sociais para construção do Porto de Águas Profundas em Vitória, privilegiando diálogos e negociações; participar nas esferas institucionais; etc. A Intersindical também considera relevante sua articulação com o poder público se inserindo no campo político para enfrentar as adversidades da relação sindicato/empresa no mundo do trabalho contemporâneo, seja apoiando candidaturas de políticos comprometidos com os interesses do Porto ou estendendo apoios políticos à outras instituições, muitas vezes de ideologias diferentes, por exemplo, partidos políticos.

Os resultados deixam claro, a necessidade de aprofundar a análise de dados, bem como, aprofundar o estudo do leque de instituições com quem o sindicato estabelece alianças para que se possa compreender com mais propriedade, em que medida a Intersindical se encontra dentro ou fora das articulações políticas que influenciam o processo de tomada de decisão por parte do governo estadual. Entretanto, em relação ao tema da construção do Porto de Águas Profundas (Lei 8.630/1993), esse sindicato opta por uma estratégia que se aproxima da proposta de Lojkine (1999), que aponta para a redefinição do lugar do movimento sindical. Neste caso, a Intersindical articula-se com o poder público, em parceria com prefeituras municipais, governo estadual e outras instituições, de modo a intervir nas decisões políticas do setor. Ademais, adota um posicionamento claro e influente em tempos eleitorais, estabelecendo um relacionamento com os políticos que atuam diretamente na definição das políticas do Porto de Vitória participando em parte das decisões governamentais no que se refere a este assunto.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho. Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. Unicamp, 1995, p. 73-97.

COLBARI, Antônia. Qualificação Profissional e Empregabilidade: Novos Desafios ao Sindicalismo no Espírito Santo. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.) **O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p.163-184.

COLBARI, Antônia. **Rumos do movimento sindical no Espírito Santo.** Vitória: Edufes, Flor e Cultura, 2003. Cap. 2, p.69-116.

CONVENÇÃO Coletiva do Trabalho (Sindicatos Portuários) 2005-2007.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília:** esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

DAGNINO, E; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra. Unicamp, 2006.

DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso. **Trabalho Portuário em reestruturação no Brasil:** apontamentos de um projeto de pesquisa. Grupo de Trabalho: Sindicato, trabalho e ações coletivas. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/14_6_2009_16_27_46.PDF>. Acesso em: 09 out. 2009.

ESTATUTO da Intersindical da Orla Portuária.

ESTATUTO Social do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Espírito Santo. Dezembro, 2007.

LEFÈVRE F; LEFÈVRE, A.M.C. **Discurso do Sujeito Coletivo.** Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos). 2ª Ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005, p. 13-35.

LOJKINE, J. **O tabu da gestão:** a cultura sindical entre contestação e proposição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LÜCHMANN, L. H. H. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa:** a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, [Tese de Doutorado], 2002.

MATIAS-Pereira, José. **Curso de Administração Pública:** foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTOS JUNIOR, Edson Gil de. **O novo papel dos sindicatos.** [S.l.: s.n., 2005]. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/conteudo.jsp?pagina=colunistas_artigo_corpo&idColuna=452&idColunista=28>. Acesso em: 04 set. 2006.

PALASSI, M. P. P. **Privatização! Uma solução problemática!:** O Impacto do Movimento (Anti)Privatização na Participação dos Trabalhadores em Ações Coletivas. Tese de doutorado em Psicologia Social, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Espírito Santo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2004.

RAMALHO, J. R. **Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil.** Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 85-113.

RODRIGUES, I. J. A Trajetória do Novo Sindicalismo. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.) **O Novo Sindicalismo.** Vinte anos depois. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p.74 – 94.

SÁ, Luís Filipe Vellozo de. A origem da corrupção política. In: SIMÕES, Rafael Cláudio (Org.). **Transparência refletida.** Vitória (ES): Transparência Capixaba, 2004.

URBINATI, Nadia. “O que torna a representação democrática?” In: **Lua Nova**, nº 67, 2006, p. 191-228.